

CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

“A esperança não decepciona” (Rm 5, 5)



PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE POUSO ALEGRE



FUNDAMENTAÇÃO

1. A missão da Igreja é evangelizar, sendo sacramento universal da salvação integral que Jesus nos conquistou, que abrange todas as pessoas e cada pessoa no seu todo (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja = CDSI, 1*). Isso significa que a sua missão também se relaciona com a vida social, política, econômica, cultural, internacional e ambiental: “Já não se pode dizer que a religião se deve limitar ao âmbito privado e servir apenas para preparar as almas para o céu” (*Evangelii Gaudium, 182*). O ser humano concreto “é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a primeira e fundamental via da Igreja” (*Redemptor Hominis, 14*).

2. A Sagrada Escritura deixa clara a relação entre a fé e a realidade política do povo. O Antigo Testamento revela um Deus sensível ao sofrimento das pessoas e que “desce” para ajudá-las (cf. Ex 3, 7ss), que condena leis injustas (Is 10, 1-2), o salário injusto (Jr 22, 13.15-16), a opressão dos dominantes contra os pobres (Am 4, 1-2), os impostos pesados (Am 5, 11), o acúmulo de terras (Is 5, 8-9). O Novo Testamento revela Jesus sempre ao lado dos fracos e humildes, se identificando com eles (Mt 25, 34-46), e a comunidade cristã extremamente compromissada com a partilha, o bem-viver de todos os seus membros, colocando em comum tudo o que possuíam (At 4, 32-35).

3. Então, envolver-se em questões sociopolíticas é um direito e um dever da Igreja. Iluminando a realidade política com a luz do Evangelho, a Igreja é “rigorosamente fiel” à sua missão (CDSI, 64).

4. Mas o envolvimento da Igreja nas questões políticas não pode ser confundido com uma mistura ingênua entre religião e política. A Igreja Católica não proíbe nenhum partido ou candidato(a), não se vincula a algum partido político nem dá o seu apoio a algum(a) candidato(a) (cf. *Gaudium et Spes = GS, 43 e 76*). A Igreja não tem candidatos(as) nem tem bancada política nas casas legislativas. Ninguém pode dizer que é candidato(a) “da Igreja”. Uma coisa é ser um político católico, mas isso não significa ser um representante oficial da Igreja Católica na política.

5. A Igreja oferece princípios de reflexão, critérios de juízo e diretrizes de ação (CDSI, 7), para que cada pessoa possa fazer o seu próprio discernimento e decidir quais partidos e candidatos vai apoiar. Essa é uma decisão de cada fiel (CDSI, 573). A Igreja acredita e respeita a capacidade de reflexão e discernimento de cada um(a) e seu o livre arbítrio. Portanto, pense bem, estude bastante, aprofunde nos valores e princípios de sua fé, conheça a doutrina social da Igreja e os direitos e deveres da cidadania brasileira, conheça as propostas dos(das) candidatos(as), para bem participar dessa grande responsabilidade democrática, que são as eleições municipais do Brasil.

A política, a caridade, o bem comum, a amizade social e a participação

6. Política é arte de viver bem em sociedade. O termo vem do grego polis, que significa cidade. Daí que vem a palavra político, que é aquela pessoa que vivia numa polis. Isso significa que todos somos políticos. O ser humano é uma "criatura naturalmente social e política" (CDSI, 384), "a vida social não é algo acrescentado" a nós, mas é "uma dimensão essencial e incancelável de nossa natureza humana (GS, 25). Para os católicos, a política é algo muito nobre e é uma forma especial de caridade, porque busca o bem comum (Octogesima Adveniens, 46; EG, 205). Como instrumento social, a política é, assim, a grande responsável pela organização da vida em sociedade, através da participação de todos os cidadãos e cidadãs e da representatividade de pessoas por eles(elas) eleitas.

7. A caridade é um elemento fundamental da atividade política. Não o assistencialismo, mas aquela caridade que é amor social em busca de transformação das estruturas injustas. É preciso cobrar dos(das) candidatos(as) que trabalhem por políticas públicas que superem radicalmente as injustiças produtoras de pobreza. A caridade política deve se materializar num empenho concreto "com vistas a organizar e estruturar a sociedade de modo que o próximo não venha a encontrar-se na miséria" (CDSI, 208). Nesse sentido, "a caridade se torna caridade social e política: a caridade social nos leva a amar o bem comum e a buscar efetivamente o bem de todas as pessoas" (CDSI, 207).

8. O bem comum é a razão de ser da ação política (CDSI, 168). A boa política e os bons políticos devem trabalhar pelo bem comum, e não para o bem de grupos privados. O bem comum é definido pela Igreja como o conjunto das condições concretas que permitem a cada pessoa e aos grupos atingirem níveis de vida compatíveis com a sua dignidade de pessoa humana (GS, 26 e 74; CDSI, 164; Catecismo da Igreja Católica, 1906). Assim, o bem comum se orienta a favorecer o desenvolvimento humano em sua totalidade (GS, 74) e exige que a pessoa eleita trabalhe para que não falte a ninguém nada que seja essencial (saúde, educação, alimentação, saneamento, segurança, teto, terra, trabalho decente, salário digno, lazer, cultura...), e tudo com a máxima qualidade.

9. A amizade social é a finalidade cristã para a política. Oferece um compromisso entre irmãos, cultivando uma sociabilidade pelo amor. O Papa Francisco nos lembra que é "amor que se estende para além das fronteiras está na base daquilo que chamamos amizade social em cada cidade ou em cada país. Se for genuína, esta amizade social dentro duma sociedade é condição para possibilitar uma verdadeira abertura universal" (Fratelli Tutti, 99). A política é um caminho para uma abertura social e humana ao outro e é necessário reviver isso em nosso lugar político comunitário.

10. A participação política é um compromisso de todos(as) nós! A Igreja entende que toda pessoa tem algo a oferecer à sociedade (CDSI, 189) e que toda democracia deve ser, obrigatoriamente, participativa (CDSI, 190). A participação "se exprime em uma série de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, econômica, política e social da comunidade civil a que pertence" (CDSI, 189). E devemos participar da vida política com o voto consciente, mas também de muitos outros modos.

Compromissos antes das eleições

- 11.** Conheça mais o que é política, se interesse por política, saiba do que ela se trata, deixe o pessimismo político para trás.
- 12.** Conheça, ame e pratique a doutrina social da Igreja, seus princípios, valores, via mestra e orientações. Isso será fundamental para fazer um discernimento sério, profundo e responsável.
- 13.** Conheça os caminhos históricos pelo qual sua comunidade/cidade tem percorrido, atentando-se às necessidades subjacentes e às prioridades de todos(as), para que se torne plena a vivência da dignidade humana.
- 14.** Conheça bem a história política e pessoal dos(das) candidatos(as), procurando informações em fontes seguras, com honestidade e criticidade, sem cair em contendas e calúnias.
- 15.** Cuidado com candidatos(as) oportunistas, com compra de voto, com promessas fáceis ou exageradas, que não sabem argumentar, que não têm programas claros de governo nem políticas públicas consistentes e não sabem apresentar os caminhos concretos para alcançar o que propõem.
- 16.** Cuidado com candidatos(as) que fazem instrumentalização da fé católica e usam o nome de Deus em palanque eleitoral. A doutrina católica não se resume a palavras de efeito e a defesa que ela faz da vida é uma defesa integral, desde a concepção até à morte natural. A vida do nascituro não é mais digna que a vida de quem já nasceu e se debate na miséria e em outras situações indignas (*Gaudete et exultate* = GE, 101). Que todos os já nascidos tenham direito a viver com dignidade, tendo seus direitos fundamentais assegurados, defendidos e integralmente promovidos. Como disse o Papa Francisco no encontro com os Movimentos Sociais em La Paz, na Bolívia: nenhuma família sem Teto, nenhum operário sem Trabalho e nenhum camponês sem Terra.
- 17.** Conheça o estatuto que rege os princípios e metas do partido que você pensa apoiar.
- 18.** Saiba com o que seu(sua) candidato(a) está comprometido(a) (com os mais pobres ou com os grupos econômicos poderosos?), os seus limites e o que realmente se pode esperar dele(a).
- 19.** Conheça os mandatos anteriores de candidato(a) à reeleição. Ele(ela) de fato contribuiu para o bem comum? O que fez de políticas públicas relevantes durante os anos que teve de mandato?
- 20.** Tenha uma postura crítica, não aceitando qualquer informação. Tenha também uma postura de diálogo, procurando conhecer com honestidade o que está à sua disposição. Não aceite, em hipótese alguma, notícias e imagens falsas (fake news e deepfakes) nem vote em candidatos(as) que as divulguem ou minimizem o grande problema das notícias falsas. Veja a fonte da informação; leia a matéria completa e não somente as manchetes sensacionalistas; verifique se a data da publicação é atual; compare a mesma notícia em fontes diferentes; amplie seus pontos de vista.

21. Não caia na armadilha do polarismo político-ideológico. A oposição de ideias é importante ao debate político, mas a inimizade e o ódio não. Seja uma pessoa crítica, ciente de que “é nocivo e ideológico também o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social dos outros, considerando-o algo de superficial, mundano, secularizado, imanentista, comunista, populista; ou então relativizam-no como se houvesse outras coisas mais importantes, como se interessasse apenas uma determinada ética ou um arrazoado que eles defendem” (GE, 101). Que este período eleitoral não seja ocasião para novamente colocar em estado de inimizade irmãos contra irmãos.

Compromissos durante as eleições

22. Os compromissos anteriores também se aplicam aqui.

23. Acompanhe os debates, propagandas eleitorais, encontros e eventos de caráter político.

24. Note o comprometimento dos(das) candidatos(as) com as causas das pessoas mais necessitadas, em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista políticas públicas que atendam essa parcela da sociedade.

25. Atenção à atitude dos(das) candidatos(as) em relação aos seus concorrentes ou adversários políticos, prezando pelo respeito recíproco, pelo debate lúcido de ideias e propostas e pela defesa da democracia. Nenhum evento político é lugar para ofensas pessoais e violência, mas para apresentar com objetividade e seriedade propostas concretas em vista do bem da comunidade.

26. Atenção aos vínculos religiosos repentinos que alguns(mas) candidatos(as) passam a ter em períodos eleitorais. Não pode haver eventos políticos de caráter de propagandista em templos religiosos. Embora os templos pertençam a instituições privadas, seu uso tem destinação comum e neles é vedada a propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei n. 9504, de 30/09/1997, Art. 37).

27. Observe se o(a) candidato(a) defende o princípio da dignidade integral da pessoa humana e não admite quaisquer formas de discriminação.

28. Conheça o que cabe a um(a) prefeito(a), a um(a) vereador(a) e ao município, para que nenhum(a) candidato(a) faça promessas que não compete a ele(a) cumprir caso seja eleito(a).

29. Não vote em candidatos(as) que procuram reeleição motivados “pela busca do foro privilegiado e outras vantagens” (CNBB, Eleições 2018: compromisso e esperança). Não podemos pôr a perder os princípios da “Lei da Ficha-Limpa” (Lei 135/2010). “Não merecem ser eleitos ou reeleitos candidatos que se rendem a uma economia que coloca o lucro acima de tudo e não assumem o bem comum como sua meta, nem os que propõem e defendem reformas que atentam contra a vida dos pobres e sua dignidade” (CNBB, idem).

30. Denuncie qualquer irregularidade que você notar no processo eleitoral. Voto não tem preço.

31. Atenção a candidatos(as) que estão na política há muito tempo, fazendo dela uma profissão, com mandatos consecutivos. Avalie seriamente se ele(a) realmente trouxe muitas contribuições importantes para o bem comum ao longo dos anos e se realmente merece uma nova oportunidade.

32. Não vote baseado(a) exclusivamente em pesquisas de intenção de voto nem caia naquela ideia de que “não quero perder meu voto”, votando em quem parece ter mais chance de ganhar. O seu voto deve ser fruto de uma decisão bem-feita e de um discernimento crítico.

33. Vote! Sua presença e seu comprometimento consciente muito enriquecem a democracia.

Compromissos depois das eleições

34. Acompanhe e fiscalize com responsabilidade os mandatos de quem se eleger, mesmo que não seja a pessoa em quem você votou. O exercício da cidadania não se limita apenas ao ato de votar.

35. Participe dos corpos intermédios da sociedade civil organizada (movimentos sociais, conselhos de bairro, de escola, conselhos paritários de políticas públicas, partidos políticos, grupos de estudo, de pesquisa e de reflexão etc.).

36. Participe de grupos de fé e política da sua paróquia. Caso não tenha, seja uma força viva disponível para a criação de um grupo na sua comunidade, paróquia e (arqui)diocese.

37. Conheça e participe de pastorais sociais, do movimento fé e política e escolas de fé e política em sua realidade eclesial. Eles são importantes meios de evangelização e de formação cristã e cidadã.

38. Participe de encontros de formação sobre a doutrina social da Igreja, empenhando-se em conhecê-la e vivê-la no dia a dia como pessoa cristã inserida nas várias dimensões da sociedade.

39. Estude e conheça sempre mais o que é política e como vai a vida política de seu município, Estado, País e de todo o mundo. Considere envolver-se, como católico(a) leigo(a), na política partidária, candidatando-se a cargos públicos como um serviço especial à dignidade integral da pessoa humana e ao bem comum.

40. Sugerimos estudar e divulgar esta cartilha política nas comunidades eclesiais, pastorais, movimentos e grupos de “Fé e Política”.

41. Sigamos juntos com viva e ativa esperança na boa política! E que sempre nos preceda e acompanhe a benção de Deus.

Direção Geral:

Dom José Lanza Neto (bispo de Guaxupé)

Dom José Luiz Majella Delgado (arcebispo de Pouso Alegre)

Dom Pedro Cunha Cruz (bispo da Campanha)

Comissão de reflexão e produção:

Pe. Paulo Adolfo Simões (Arquidiocese de Pouso Alegre)

Pe. Renan Brito da Silva (Diocese de Guaxupé)

Prof. Dr. Elvis Rezende Messias (Diocese da Campanha)

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE POUSO ALEGRE
ARQUIDIOCESE DE POUSO ALEGRE
DIOCESE DA CAMPANHA
DIOCESE DE GUAXUPÉ

